

**A AVALIAÇÃO EXTERNA EM LARGA ESCALA E O BANCO NACIONAL DE  
ITENS NO CONTEXTO PÓS-PANDEMIA**

**THE LARGE-SCALE EXTERNAL ASSESSMENT AND THE NATIONAL ITEM  
BANK IN THE POST-PANDEMIC CONTEXT**

**LA EVALUACIÓN EXTERNA A GRAN ESCALA Y EL BANCO NACIONAL  
DE ÍTEMS EN EL CONTEXTO POS PANDÉMICO**

*Atair Silva de Sousa*

*atair.sousa@usp.br*

Doutorando em Estado, Sociedade e Educação  
Universidade de São Paulo (USP)

*Wanderley dos Santos Roberto*

*wanderley@cefetmg.br*

Doutorado em Engenharia Metalúrgica e de Minas  
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)  
Professor de Física do Departamento de Física do CEFET-MG

## **RESUMO**

Neste artigo, são propostas discussões acerca do Banco Nacional de Itens (BNI) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep. O objetivo geral consistiu em avaliar as grandezas: Aproveitamento de itens e Eficiência de itens produzidos para o BNI da educação superior (BNI-ES), tendo como objetivo específico avaliá-las para a edição de 2022 do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade). Neste estudo, as duas grandezas não se confundem entre si: a primeira se refere a itens aceitos pelo Inep; e a segunda, a itens inseridos no BNI-ES. Foram realizadas uma revisão bibliográfica, uma pesquisa documental, uma busca de dados, e informações disponibilizadas pelo Inep. Embora os resultados apontem para percentuais positivos sobre o Aproveitamento de itens, estes resultados apontaram fragilidade para Eficiência de itens e, também, para a necessidade de medidas pedagógicas que possam trazer melhorias no Aproveitamento de itens que resultem em aumento da Eficiência de itens para o BNI-ES.

**Palavras-chave:** Avaliação externa. Avaliação em larga escala. Banco nacional de itens. Enade.

## ABSTRACT

This paper proposes discussions about the National Bank of Items (NBI) of the National Institute of Educational Studies and Research - INEP. The main aim was to evaluate the dimensions: Item Usage and Item Efficiency produced for the NBI of higher education (NBI-HE), with the specific aim of evaluating them for the 2022 edition of the National Student Performance Exam (Enade). In this study, the two quantities are not confused: the first refers to items accepted by INEP, and the second, to items inserted in the NBI-HE. A bibliographic review, documentary research, and a search for data and information made available by INEP were carried out. Although the results point to positive percentages for Item Usage, these results indicate weaknesses for Item Efficiency and also the need for pedagogical measures that can bring improvements in Item Usage that result in increased Item Efficiency for the NBI-HE.

**Keywords:** External assessment. Large-scale assessment. National bank of items. Enadel

## RESUMEN

Este artículo propone discusiones sobre el Banco Nacional de Ítems (BNI) del Instituto Nacional de Estudios e Investigaciones Educativas - INEP. El objetivo general fue evaluar las magnitudes: Utilidad de los ítems y Eficiencia de los ítems producidos para el BNI de enseñanza superior (BNI-ES), con el objetivo específico de evaluarlos para la edición 2022 del Examen Nacional de Rendimiento Estudiantil (Enade). En este estudio, las dos magnitudes no se confunden: la primera se refiere a los ítems aceptados por el INEP y, la segunda, a los ítems insertados en el BNI-ES. Se realizó una revisión bibliográfica, una investigación documental y una búsqueda de datos e información facilitados por el INEP. Aunque los resultados apuntan a porcentajes positivos para el Uso de Ítems, estos resultados indican debilidades para la Eficiencia de Ítems y también la necesidad de medidas pedagógicas que puedan aportar mejoras en el Uso de Ítems que resulten en un aumento de la Eficiencia de Ítems para la BNI-ES.

**Palabras clave:** Evaluación externa. Evaluación a gran escala. Banco nacional de ítems. Enade.

## INTRODUÇÃO

A manutenção dos processos da avaliação como aspecto principal da política educacional é o que possibilitaria gerar mudanças significativas no contexto das escolas, em especial na condução de êxitos da educação. Na área educacional, a qualidade do ensino tornou-se um assunto relevante na educação superior a partir das décadas de 80 e de 90 (ARAUJO, 2021).

De acordo com Cappelletti (2015), foi traçando propósitos de avanços na qualidade da educação que o governo estabeleceu um sistema de controle com os processos das avaliações institucionais, priorizando, desta forma, a centralidade das políticas da educação brasileira. Com isso, reconheceu-se, por meio legal, a importância da avaliação, quando se declara que a meta principal desta é promover ajustes para uma educação cada vez melhor (CAPPELLETTI, 2015).

Para esse sistema de controle, segundo Araújo (2021), a avaliação externa em larga escala, quando bem conduzida, produz resultados importantes, permitindo que as Instituições de Educação Superior (IES) se aperfeiçoem, a partir da comparação entre seu desempenho e o de outras IES similares. A avaliação externa em larga escala, portanto, é planejada e construída por agentes “externos, pertencentes à comunidade acadêmica e científica, reconhecidos por suas habilidades em áreas específicas e portadores de ampla experiência acerca das instituições escolares” (ARAUJO, 2021, p. 52288).

Este tipo de avaliação externa contrasta com a avaliação interna “pelo fato de seu sujeito localizar-se fora do espaço escolar, [...] mesmo que se mantendo como objeto a aprendizagem dos estudantes em algum aspecto do currículo escolar, tal como, classicamente” (ALAVARSE; MACHADO; ARCAS, 2017, p, 1356). As avaliações externas, em larga escala, “têm como um de seus principais componentes a aferição do desempenho dos estudantes em provas

padronizadas e contempla um amplo contingente de participantes” (ALAVARSE; MACHADO; ARCAS, 2017, p, 1362).

Percebe-se que há um potencial demarcado nesses tipos de avaliações externas que são direcionados para as políticas educacionais, que contribuem para o trabalho dos professores: “As avaliações externas fornecem dados que, [...] podem revigorar os contornos da escola pública que realiza a sua função social na sociedade democrática de garantir o ensino aprendizagem para todos os seus estudantes” (ALAVARSE; MACHADO; ARCAS, 2017, p.1371). De acordo com estes autores,

O processo de avaliação no interior das salas de aula e sua articulação com aspectos externos a esse espaço, particularmente os indicadores provenientes de avaliações externas, permitem-nos considerar que conhecer e utilizar os resultados das avaliações externas nas salas de aula e cotejá-los com as avaliações internas significa compreendê-los não como um fim em si mesmo, mas sim como possibilidade de associá-los aos esforços de desencadear transformações necessárias, no sentido de fortalecer a qualidade da escola pública democrática, que é aquela que deve se organizar para garantir a aprendizagem de seus alunos, condição incontornável para atingirmos a democratização da escola, mas desafio que não se obtém sem a efetiva participação dos professores, o que, certamente, requer, ainda que não exclusivamente, profissionais melhor capacitados na condução da avaliação (ALAVARSE; MACHADO; ARCAS, 2017, p.1371).

As avaliações externas em larga escala “consolidadas tanto no contexto internacional quanto no nacional, com testes padronizados, surgiram pela busca de formas sistêmicas de medir a aprendizagem e o funcionamento dos sistemas escolares” (ALMEIDA, 2020, p. 6). Este fato está “fortemente relacionado à lógica da globalização e da busca de parâmetros a serem perseguidos. Essas avaliações respondem ao desejo de homogeneização dos padrões produtivos” (ALMEIDA, 2020, p. 6). Neste sentido, pode-se considerar que as contribuições trazem discussões, baseadas nas análises dos contextos estaduais e municipais, que certificam a estruturação da avaliação institucional como instrumento de gestão da educação e das redes de ensino (ALMEIDA, 2020). Sobre o contexto da avaliação em larga escala, Werle (2010) afirma:

[...] é um procedimento amplo e extensivo, que envolve diferentes modalidades de avaliação e abrange todo um sistema de ensino, “na maior parte das vezes voltada predominantemente para o foco da aprendizagem dos estudantes e com a finalidade de obter resultados generalizáveis ao sistema. A avaliação em larga escala é uma avaliação externa às instituições escolares avaliadas” (WERLE, 2010, p. 22).

Para desenvolver um sistema que comporte os processos de avaliação institucional, é necessário o estabelecimento de um Banco de Itens, o que fez conceber o Banco Nacional de Itens (BNI), cuja definição se faz: “como uma coleção de itens de testes de natureza específica – organizados segundo determinados critérios – disponíveis para a construção de instrumentos de avaliação” (BRASIL, 2022, s.p). A manutenção do BNI,

[...] depende da entrada constante de itens de qualidade. Para tanto, educadores e pesquisadores da educação brasileira são chamados a colaborar nessa construção, elaborando itens que possam fazer parte desse banco. Em atividades dessa natureza, a experiência docente é de fundamental importância para que se possam elaborar itens em consonância com o contexto educacional (BRASIL, 2022, s.p).

Para este estudo, acerca do BNI da educação superior (BNI-ES), foram definidas duas grandezas que não se confundem entre si: Aproveitamento de itens e Eficiência de itens. A primeira se refere a itens aceitos pelo Inep, enquanto a segunda se refere a itens inseridos no BNI-ES. De acordo com Sousa (2021, p. 3) “Eficiência é definida como: a razão entre o número de itens inseridos no BNI-ES naquela edição do Exame Nacional de Desempenho de Estudante (Enade) e o número total de itens elaborados para cursos ou área daquela edição”. Segundo o referido o autor (2021, p 3),

A equação a seguir representa o modelo de como efetuar o cálculo da eficiência,  $E = \frac{I_A - I_P}{I_T}$ , na qual: “E” representa a Eficiência; “I<sub>A</sub>” o número de itens aceitos (aprovados); “I<sub>P</sub>” o número de itens selecionados para prova e; “I<sub>T</sub>” o número total de itens elaborados. Este é um cenário esperado, embora possa acontecer o fato de que, dentre os itens aceitos não seja possível extrair os 30 itens de prova, ou no caso da Formação Geral 10 itens. Neste caso, buscam-se itens existentes no BNI-ES para completar o número de itens de prova (SOUSA, 2021, p. 3).

O “primeiro parágrafo do art. 5º da Lei de criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, trouxe em seu âmbito, o vínculo do Enade com esse sistema de avaliação” (BRASIL, 2004, s. p). O objetivo do Enade é “avaliar a trajetória dos estudantes dos cursos de graduação, em relação aos conteúdos programáticos, habilidades e competências adquiridas em sua formação” (BRASIL, 2004, s. p).

O processo avaliativo desse exame é constituído por quatro “instrumentos que auxiliam na avaliação da educação superior e na busca de subsídio para políticas de melhoria: a prova, o questionário do estudante, o questionário de percepção da prova e o questionário do coordenador de curso” (INEP, 2020, s.p). No âmbito da prova do Enade, “o BNI-ES se caracteriza como um instrumento das diretrizes da avaliação da educação superior e, por conseguinte, inserido nas atribuições direcionadas pela lei de criação do Sinaes” (INEP, 2020, s.p).

Diante do exposto, neste estudo busca-se responder as seguintes questões: que riscos e desafios o BNI está sujeito para além do período pandêmico? Qual o cenário comparativo-quantitativo do BNI-ES em relação ao ano III do ciclo avaliativo do Enade? No contexto destas questões e, a partir do objetivo central deste estudo: de modo que esta pesquisa se propõe a observar a integração entre as Avaliações externas em larga escala e o BNI, atentos à relação entre essas duas categorias avaliativas e à qualidade da educação.

Para tanto, este trabalho ficou assim organizado: além desta Introdução, foram elaboradas mais seis seções, sendo assim distribuídas: sequencialmente foram apresentados os procedimentos metodológicos; na terceira seção, deu-se ênfase à avaliação em larga escala; na quarta, apresentou-se os preâmbulos do BNI; na quinta foram apresentados os resultados e discussão; na sexta seção foram apresentadas as considerações finais, trazendo uma síntese deste trabalho e; por fim, as referências bibliográficas.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada neste estudo possui uma abordagem mista, caracterizada tanto pela análise qualitativa quanto pela análise quantitativa. Para além destes fatores, também foi elaborado um acervo de documentação governamental: artigos, livros, teses, dissertações, dentre outros; ao passo que para fins exploratórios, relatórios de Instituições Oficiais foram consultados e interpretados, como por exemplo, Inep e Ministério da Educação (MEC).

Os dados utilizados neste estudo acerca do BNI-ES são secundários com origens em Relatórios disponibilizados via Ouvidoria do Inep, tendo em vista que são dados correspondentes a duas edições do Enade, 2018 e 2022, por serem do mesmo ciclo avaliativo do Enade, Ano III. Os dados destas edições tiveram como número de protocolo 23546.014996/2023-73 (INEP, 2023b).

### Exploração e busca em banco de dados

Com o propósito de suprir a qualidade da revisão sistemática de documentos e evitar possíveis enviesamentos, a revisão bibliográfica foi orientada por um fluxo que levasse em conta a ordem cronológica e o seu grau de importância. A partir disso, buscou-se uma sequência lógica da descrição e das narrativas dos métodos realizados neste trabalho.

Ao buscar identificar resultados de leituras relevantes relacionados às políticas educacionais, educação superior e qualidade da educação superior, foi utilizada uma combinação de estratégias de pesquisa, que incluíram: exploração e pesquisa por meio de bases de obras relevantes; verificação da lista de referência; pesquisa de citações; entre outras fontes. Para a realização deste trabalho, quatro bancos de dados foram selecionados. São eles: *Scielo*; Portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior



(Capes); Elsevier e Science Direct, Education Resources Information Center (Eric).

Quadro 1 – Critérios de inclusão e exclusão dos artigos selecionados

<b>Critério – foco</b>		
<b>Avaliação Externa em Larga Escala</b>	<b>Banco Nacional de Itens</b>	<b>Idioma</b>
Avaliação em larga escala.	Banco de itens.	Inglês
Avaliação Externa.	Elaboração de Itens para o Exame Nacional de Desempenho de Estudante (Enade).	Espanhol
Avaliação Institucional.	Elaboração de Itens para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).	Português
Qualidade da Educação.	Elaboração de Itens para o Saeb.	
Sistema de Ensino.	Itens para Avaliação em Larga Escala.	

Fonte: elaborado pelos autores (2023).

### **Critérios de elegibilidade e lógica**

Os critérios a seguir de inclusão e exclusão foram estabelecidos para garantir certo grau de qualidade e relevância dos artigos selecionados. Os artigos foram incluídos nas análises, caso seu foco fosse: Qualidade da Educação; Avaliação em Larga Escala; Avaliação Externa; Banco Nacional de Itens. População de interesse fossem assuntos relacionados a Banco de Itens, como por exemplo: Elaboração de Itens para o Enem; Elaboração de Itens para o Enade; Itens para Avaliação em Larga Escala; artigos publicados nas línguas espanhola, inglesa e portuguesa.



## Triagem e seleção

A Tabela 1 fornece uma visão geral do processo de triagem e seleção.

Triagem e seleção das referências				
Banco de Dados.	Avaliação em Larga Escala	Qualidade da Educação	Banco Nacional de Itens	Total de obras/títulos.
<i>Scielo</i>	10	8	2	20
Periódicos	16	22	4	42
<i>Science Direct</i>	10	12	2	24
ERIC	6	10	2	18
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>52</b>	<b>10</b>	<b>104</b>

Fonte: elaborada pelos autores (2023).

A revisão bibliográfica foi realizada entre novembro de 2022 e abril de 2023, compreendendo artigos escritos entre 2012 e 2023, sendo admitidas algumas publicações, relacionadas ao tema, que estavam fora desse período. Foram identificados 104 artigos para a triagem de títulos, a partir da qual foi criada uma base de dados, incluindo resumos e informações bibliográficas, sendo que os títulos e os resumos de cada artigo foram verificados considerando os critérios de inclusão/exclusão mencionados anteriormente. Após a conclusão desta etapa, foram classificados 38 estudos.

Finalizada a revisão do texto integral de cada um dos artigos, 28 foram excluídos, pois não atendiam aos critérios estabelecidos para essa pesquisa. Diante do exposto, 13 artigos foram selecionados para análise temática, além disso, os resumos e títulos de 2 livros e 1 dissertação foram incluídos na revisão final. Ademais, em função da pesquisa documental, na qual consistem os processos normativos (Leis, Decretos, Resoluções, Normas e Diretrizes, Programas Institucionais e demais atos normativos) foram analisados documentos oficiais governamentais disponíveis em portais, como, do [inep.gov](http://inep.gov), do [planalto.gov](http://planalto.gov) e do [mec.gov](http://mec.gov).

Para enriquecer ainda mais a análise sistemática, e apresentar *insights* do processo exploratório, foram incluídos artigos de periódicos relevantes, como o *Scholar* e o *Academic*. A verificação da lista de referência incluiu estudos por meio da bibliografia de vários textos pesquisados no *Science Direct*. Ao concluir a verificação da lista de referência, 2 artigos foram incluídos na revisão.

## AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA

A avaliação educacional está inserida em três níveis: a Avaliação somativa de conteúdo, que é aquela aplicada em sala de aula de responsabilidade do docente e equipe pedagógica da escola; a Avaliação externa em larga escala, que é realizada pelos Governos Federal, Estadual e Municipal; e a Avaliação institucional interna, desenvolvida pela própria comunidade escolar, tendo como referência o Projeto Político de Curso (PPC) (FERRAROTTO, 2021).

Além disso, corrobora-se aos estudos de Soares e Sousa (2020) que, as avaliações externas em larga escala focam-se em fornecer dados que incorpora a base de dados reservados a órgãos públicos e auxiliam gestores públicos na formulação de políticas públicas educacionais (SOARES; SOUSA, 2020). De acordo com estes autores:

Assim, estas podem ser: a) somativas, cujo objetivo é informar ao avaliador o grau de aquisição de conhecimento do avaliado; b) formativas, cujo propósito é o processo contínuo de assimilação de novas aprendizagens; c) diagnósticas, para identificar os conhecimentos dos alunos, um tipo de aferição de conteúdo; dentre outras classificações (SOARES; SOUSA, 2020, p. 5).

Com isso, é oportuno considerar as inferências dos estudos de Santos, Ferreira e Simões (2019), quando estes autores propõem a reflexão de que ao se inserir a política de avaliação externa em larga escala, a educação escolar passa a ser mecanismo de controle e de regulação centrada no modelo que visa

resultados rápidos. Neste sentido, de acordo com estes autores, a utilização da avaliação externa em larga escala “tem impactado na configuração do currículo escolar em demasia para os testes, comprometendo a qualidade da educação. Na medida em que a avaliação externa provoca alterações no currículo escolar e causa impactos na educação” (SANTOS; FERREIRA; SIMÕES, 2019, p.170).

É importante ressaltar que o conceito de avaliação em larga escala não é coincidente ao conceito sobre o de avaliação externa; ou seja, não são sinônimas. Segundo Werle (2010, p. 22) “nem toda avaliação externa ocorre em larga escala, mas a avaliação em larga escala é sempre uma avaliação externa às instituições escolares avaliadas”. Além disso, o autor acrescenta que “[...] agregar ao termo avaliação externa com a informação de que é ‘em larga escala’, pois é esse adjetivo que a diferencia quanto ao tipo e abrangência, sistêmica” (WERLE, 2010, p. 22). De acordo com Werle (2010):

[...] a avaliação em larga escala é um procedimento amplo e extensivo, envolvendo diferentes modalidades de avaliação, realizado por agências reconhecidas pela especialização técnica em testes e medidas, abrangendo um sistema de ensino, ou seja, todas as escolas de um determinado nível ou série deste sistema, mesmo que utilizando procedimentos amostrais, na maior parte das vezes voltada predominantemente para o foco da aprendizagem dos alunos e com a finalidade de obter resultados generalizáveis ao sistema. (WERLE, 2010, p. 22).

A complexidade da referida atividade está no fato de que, “a aplicação de avaliação em larga escala precisa levar em consideração o tamanho da rede escolar em termos de matrículas e quantidade de escolas, como fator que impacta os resultados de rendimento e desempenho, como é o caso do Ideb” (COSTA. et al., 2019, p. 7). A avaliação “externa manifesta-se pela avaliação do desempenho escolar, em larga escala, de natureza sistêmica, realizada por agente externo à escola, podendo orientar ações das mais variadas ordens nas políticas educacionais” (MIRANDA; GARCIA; VERASZTO, 2020, p. 253).

De um modo geral, as Avaliações externas são elaboradas por instituições externas às escolas, como o Inep, por exemplo. Vale dizer que as

avaliações institucionais, além de emitirem juízos de valor, têm a finalidade de propor alternativas mais amplas do que o da Instituição de ensino, e acontecem em forma de provas objetivas e de testes de desempenho, instrumentos estes que são as principais ferramentas das avaliações em larga escala, do monitoramento de resultados, que consiste um dos principais objetivos positivos das avaliações em larga escala; ou seja, o monitoramento de políticas educacionais na perspectiva da igualdade e da equidade.

Os processos da Avaliação Institucional deveriam orientar a gestão das políticas, porém, vêm se consolidando como instrumento de formatação das escolas à lógica do mercado, impactando o papel social da escola e sua autonomia acadêmica, fato que reconfigura o significado dela para as crianças e jovens (FERNANDES; NAZARETH, 2019). Observa-se que a importância da avaliação em larga escala se aprofunda nos desafios abrangentes que surgiram a partir dos avanços em termos de estratégias para a conquista dos direitos sociais (CALDERÓN; BORGES, 2020).

Uma das prioridades da avaliação institucional deve centrar-se na identificação de defasagem de aprendizagem, com evidente imediata superação do quadro apresentado. Esse tipo de avaliação, nesse sentido, poderia orientar a formação docente e ainda ser um instrumento de acompanhamento da qualidade da educação. No âmbito educacional, há múltiplos significados e assenta diversas dimensões (WERLE, 2010).

Conforme destacado por Klein e Fontanive (1995, p. 29), a avaliação externa em larga escala ganha relevância ao “elaborar e obter diagnósticos e subsídios para a implementação e a manutenção das políticas educacionais; obter e organizar informações periódicas e comparáveis sobre diversos aspectos do sistema educacional”. Com isso, ao realizar um processo contínuo de monitoramento de sistemas educacionais, é possível assinalar as vantagens e desvantagens das políticas educacionais adotadas (KLEIN; FONTANIVE, 1995).

Em síntese, embora se depare com limitações na aplicabilidade das avaliações em larga escala, principalmente em se tratando da quantidade e da qualidade, o resultado delas pode ser um instrumento para qualificar o ensino e a aprendizagem dos estudantes. Para isso, é necessário que o gestor escolar, em conjunto com a equipe pedagógica, analise os resultados e elabore estratégias de superação das dificuldades que os estudantes tenham apresentado (SAWICKI, 2018).

## **BANCO NACIONAL DE ITENS**

O Banco Nacional de Itens (BNI),

[...] consiste em uma coleção de itens (questões) de testes de natureza específica organizada segundo determinados critérios disponíveis para a construção de instrumentos de avaliação. Seu propósito é fornecer insumos para elaboração das avaliações e dos exames aplicados pelo Inep (INEP, 2022a, s. p).

Acerca deste BNI,

O guia de elaboração e revisão de itens apresenta as orientações que o Inep disponibiliza para a construção e revisão de itens para testes de avaliação, considerando a literatura especializada na área, e se estrutura da seguinte forma: definições e conceitos; estrutura do item de múltipla escolha; etapas para elaboração de item; especificações para apresentação do item; etapas de validação de item; protocolo de revisão de item (INEP, 2022a, s.p).

As avaliações institucionais possuem um vínculo intrínseco ao BNI, pois

O BNI fornece insumos para as diversas avaliações e exames desenvolvidos pelo Inep, assegurando acesso a itens de qualidade, elaborados e revisados para cada instrumento de medição, seja prova, seja questionário. O BNI é essencial para a elaboração e a aplicação das avaliações nacionais em larga escala da educação, que se distinguem das avaliações internas por não serem feitas pelo professor ou pela própria instituição de ensino para avaliar e propor alternativas no âmbito da sala de aula ou da instituição (INEP, 2022a, s.p).

Os elementos que compõem o BNI, associados a um conjunto de informações e dados, permitem a confecção das provas de forma isonômica e

eficiente. Isso permite “verificar com precisão o desempenho dos estudantes, assegurando um quantitativo de itens de alta qualidade técnica, revisados quanto aos seus aspectos técnico-pedagógicos e de sensibilidade” (INEP, 2010, s.p).

Além disso, “é possível manter um fluxo contínuo de itens que podem ser recuperados em edições futuras do exame, o que aperfeiçoa o processo de montagem da prova e demandará menos esforços nas próximas edições” (INEP, 2010, s.p). O instrumento de medida utilizado na educação é “o teste, o qual pode ser desenhado para medir o desempenho dos participantes em determinadas situações, com o objetivo de realizar inferências sobre o processo educacional em desenvolvimento (INEP, 2010, s.p). No Quadro 2 são apresentados os instrumentos avaliativos que utilizam o BNI.

Quadro 2 – Processos dos instrumentos avaliativos do BNI.

Instrumento	Nível
Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - Saeb.	Educação Básica
Programa Internacional de Avaliação de Alunos – Pisa.	Educação Básica
Exame Nacional do Ensino Médio – Enem.	Educação Básica
Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – Enade.	Educação Superior
Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos – Encceja.	Educação Básica
Revalidação dos Diplomas Médicos – Revalida.	Educação Superior
Certificado de Proficiência na Língua Brasileira de Sinais – PROLIBRAS.	Educação Básica
Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa.	Educação Básica

Fonte: elaborado pelos autores (2023).

Conforme já assinalado em parágrafos anteriores,

É a manutenção de um banco de itens que oferece subsídios para a construção dos testes e questionários. Como o BNI, o Inep garante uma quantidade significativa de itens com comprovada qualidade

técnico-pedagógica e psicométrica para compor testes de avaliações em larga escala e exames. O BNI define-se, portanto, como uma coleção de itens de testes de natureza específica e organizada segundo determinados critérios, que ficam disponíveis para a construção de avaliações (INEP, 2010, s.p).

Seria a partir dessa manutenção que o BNI ganha sobrevida e atende de forma segura os processos de avaliação da qualidade da educação do país. Tendo em vista essa narrativa acerca do BNI, percebe-se que, seria por meio dessa manutenção que depende a entrada constante de itens de qualidade (CAMPOS, 2013). Com isso, torna-se possível a elaboração e aplicação dos exames sob a responsabilidade do Inep.

Para tanto, foi instituído um banco de colaboradores que é constituído de professores e pesquisadores da educação brasileira. Uma vez participante desse banco de colaboradores, pode ser convidado a colaborar na construção de itens que possam fazer parte do BNI. Neste caso, a vivência e a experiência do colaborador é relevante para que se já possível elaborar itens com a qualidade exigida pelo Inep no contexto educacional (INEP, 2010). Para que sejam possíveis a composição desse banco de colaboradores e a realização dos exames,

O Inep realiza chamadas públicas para a construção de uma rede de colaboradores interessados em colaborar e revisar itens para o BNI, constituindo-se o Banco de Colaboradores de BNI para cada avaliação ou exame em desenvolvimento. Tais chamadas públicas fazem parte de um processo mais amplo de estruturação da rede de colaboradores do Inep, que participam de curso de capacitações, painéis, oficinas de elaboração e revisão de itens (INEP, 2023b, s.p).

Com isso, procura-se garantir um processo de diversidade e representatividade, pois

A participação da comunidade educacional e acadêmica de todo o Brasil amplia a diversidade e melhora a adequação dos instrumentos para a avaliação da educação do país. O acesso ao banco de colaboradores do Inep exige a comprovação das informações prestadas. Os inscritos que não comprovam as informações prestadas são desclassificados e não podem participar de outras chamadas públicas do Inep pelo período de dois anos, além de poderem responder judicialmente pelo ato (INEP, 2023b, s.p).



Como sinalizado anteriormente, os dados apresentados neste artigo tratam do BNI da educação superior (BNI-ES). Criado em 2010,

O BNI-ES tem por objetivo reunir questões de qualidade técnica que permitam ao Inep avaliar por meio do exame o conhecimento dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos, habilidades e competências previstas nas diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação (MEC, 2014, s.p).

Neste caso,

O BNI-ES mantido pelo Inep é o acervo de itens elaborados por docentes colaboradores com o objetivo de compor instrumentos de avaliação da educação superior, assegurados os critérios de sigilo, segurança, ineditismo e qualidade técnico-pedagógica. Para composição das provas do Enade o Inep utilizará itens provenientes do BNI-ES (INEP, 2023a, s.p).

Além dos trâmites logo acima tratados, acerca da educação superior há também,

O objetivo do BNI-Enade é reunir, de forma organizada, classificada e ordenada, itens com qualidade para compor provas com informações sobre sua qualidade técnica, pedagógica e psicométrica. O BNI constitui-se de um acervo de itens elaborados a partir do modelo tridimensional de matriz, que considera o cruzamento de informações do perfil profissional esperado, dos recursos a serem mobilizados (competências, habilidades, atitudes, valores, saberes) e dos objetos de conhecimento predefinidos nas diretrizes estabelecidas pelas Comissões Assessoras de Área (CAAs) (INEP, 2023a).

Com isso, os colaboradores do BNI-ES passam por um processo seletivo conforme Edital de Chamada Pública, em conformidade com os princípios da Administração Pública. Isso procura atender à observância da democratização e à representatividade regional. Os colaboradores selecionados “devem assinar o Termo de Conhecimento, Compromisso e Sigilo e o Termo de Responsabilidade para desenvolver atividades junto ao BNI-ES” (MEC, 2017, s.p).

Essa participação dos colaboradores, no âmbito dos processos da política de avaliação da educação superior, gera a certificação da legitimidade, pluralidade e transparência ao processo de construção dos exames institucionais, em larga escala, sob a responsabilidade do Inep. Procura-se compor equipes de

elaboradores de todo o país para a elaboração de itens para o BNI, fato que confere a diversidade e o reconhecimento deste Instituto na condução dos processos das avaliações institucionais (INEP, 2023a).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os aspectos das definições de equidade, sobre a qual é imprescindível levar em conta fatores como questões econômicas, sociais e culturais que influenciam a caminhada escolar dos estudantes, especialmente os que pertencem a grupos tradicionalmente desfavorecidos ou discriminados, constituem a valoração dos saberes dos estudantes, provenientes de suas experiências de vida e de ser social, que se relaciona a contextos sociais que seriam o principal viés de equidade, democratizando o acesso ao conhecimento e às diferentes formas de acessá-lo e expressá-lo (ALVES; NASCIMENTO; PINTO, 2019).

É imprescindível observar que um desenvolvimento mais equitativo, democrático da sociedade como um todo requer a minimização do tratamento discriminatório de todos os grupos, o que implica no esforço da eliminação do tratamento discriminatório contra qualquer grupo (GAÑAN; BRAVO; PRÉSIGA, 2021). É preciso considerar que a educação é uma oportunidade de transformação, a partir das origens, o que são considerados obstáculos ao desenvolvimento humano, seja do ponto de vista social, cultural, político e econômico. E isso ocorre por meio de uma análise que inclui todos os seres humanos sem discriminação por raça, sexo, gênero ou *status* econômico em todas as áreas da vida, gênero ou posição econômica em todas as esferas da vida, sendo um ponto de referência para a transformação. (GAÑAN; BRAVO; PRÉSIGA, 2021).

Uma das variadas formas de analisar a temática das evidências apontadas nestes quatro parágrafos iniciais, seria a partir dos dados do Enem. O

Enem de 2021, por exemplo, teve 52% a menos de inscritos entre pretos e pardos. Menor número de inscritos desde 2005. Apenas, cerca de 2,3 milhões de candidatos compareceram às provas, em mais de 1,7 mil municípios, num total de 3,1 milhões de inscritos. A abstenção do Enem de 2021 foi de 29%, uma vez que apenas 2,17 milhões de estudantes participaram dos dois dias de provas, sendo este o menor número desde 2004. Ao todo, a prova foi entregue a 1.747 municípios, em 10.600 escolas, com 41 voos da Força Aérea Brasileira (FAB) e 130 carretas (INEP, 2022a).

O Enem é um exame consolidado e que contribui com oportunidade de transformações dos sujeitos em uma visão social, cultural, política e econômica, e sua sobrevivência está condicionada ao BNI. Em relação à Elaboração de Itens para o BNI da educação básica, os quais são utilizados no Enem, há uma defasagem de chamadas públicas para a sua produção. Este fato tem chamado a atenção para a possibilidade da falta de itens para futuros exames. Em 2021, houve dificuldades na elaboração da prova, visto que esta edição teve seus números reduzidos em função de uma gama de eventos, dentre eles, a pandemia da COVID-19. É de suma importância dar atenção à produção de itens ao Banco de Itens, para além do período pandêmico.

A elaboração de itens para o BNI-ES, os quais são utilizados nas provas do Enade, também apresentam sinais de preocupação. O Enade, embora com menos projeção na mídia, possui grau semelhante de importância ao Enem para o sistema educacional brasileiro. Suas características diferem sistematicamente do Enem, sendo que o Enade é regido por lei própria sendo parte do Sinaes. Na Tabela 2 estão apresentadas informações referentes à Elaboração de Itens para o BNI-ES, nos anos de 2018 e 2022.

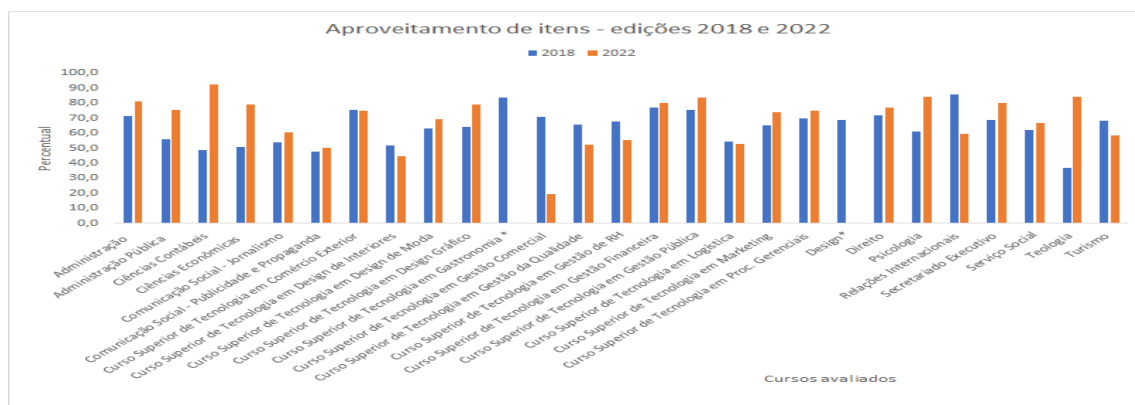
Tabela 2 – Aproveitamento de itens do BNI-ES.

Produção de itens para o BNI da educação superior			
Ano	Itens Elaborados	Itens Aceitos	Aproveitamento (%)
2018	3.365	2.162	64,3
2022	747	514	68,8
<b>TOTAL</b>	<b>4.112</b>	<b>2.676</b>	<b>65,1</b>

Fonte: elaborada pelos autores a partir dos dados do Inep (INEP, 2023).

Percebe-se que, embora ocorra um crescimento no percentual do Aproveitamento de itens, isso não significa que resulte numa margem de segurança, pois, além de ser uma porcentagem geral, de todas as áreas de conhecimento, pode ter queda para determinadas áreas de conhecimentos. O Gráfico 1 apresenta os percentuais do Aproveitamento de itens do BNI-ES para os cursos e, ou áreas de conhecimento, avaliados em 2018 e 2022.

Gráfico 1 – Aproveitamento de itens nas edições de 2018 e 2022.



Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados do Inep (INEP, 2023).<sup>1</sup>

Percebe-se, pelos dados apresentados neste gráfico, um aumento no percentual de Aproveitamento de itens para a maioria das áreas de conhecimento. Embora a leitura e a interpretação dos dados contidos nele não

<sup>1</sup> Os cursos CST em Gastronomia e o Curso de Design não foram avaliados em 2022.

deem conta de avaliar a situação atual deste Banco, elas ajudam a compreender a complexidade de se conhecer a real estrutura do abastecimento de itens no BNI-ES.

Para calcular a Eficiência de itens, conforme mostrado na introdução, faz-se necessário conhecer o número de área de conhecimento avaliada naquela edição do Enade, pois o número de itens utilizados em cada prova implica no cálculo da Eficiência. Em 2018, foram avaliadas 27 áreas de conhecimento; ao passo em que em 2022 foram avaliadas 25. Em ambas as edições, acrescente a essas áreas de conhecimentos, a área de Formação Geral.

Na Tabela 3, estão apresentadas informações referentes à Eficiência de itens para o BNI-ES para cursos e, ou áreas de conhecimentos avaliadas, nos anos de 2018 e 2022.

Tabela 3 – Eficiência de itens do BNI-ES.

Eficiência de itens para o BNI da educação superior			
Ano	Itens Provas	Itens Aceitos	Eficiência (%)
2018	820	2.162	39,9
2022	760	514	-32,9
<b>TOTAL</b>	<b>1.580</b>	<b>2.676</b>	<b>27,7</b>

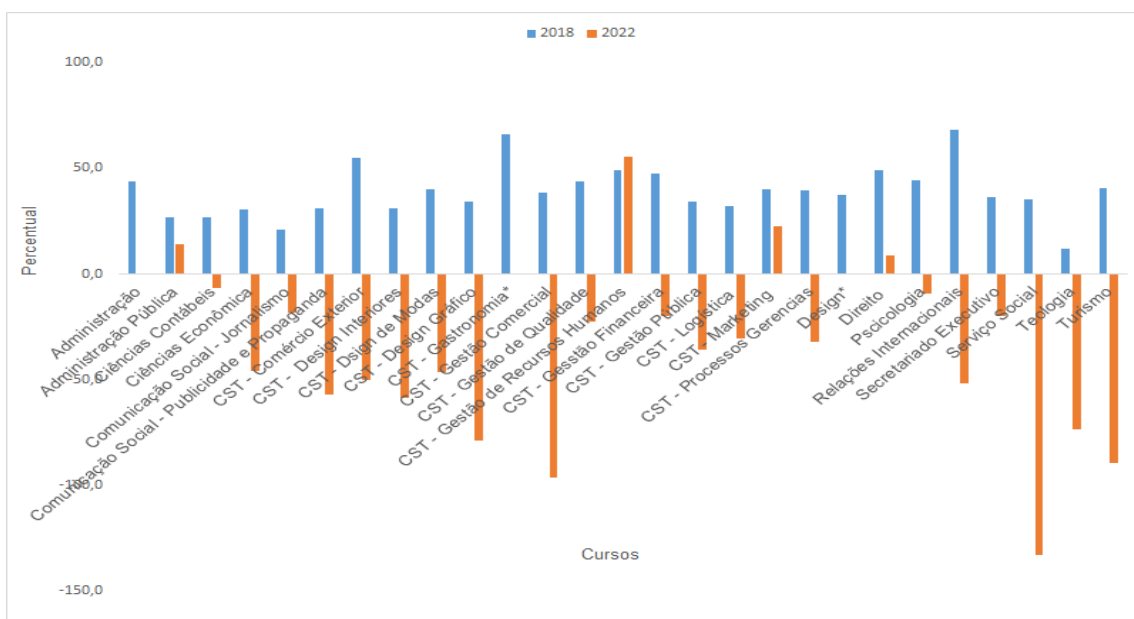
Fonte: elaborada pelos autores a partir dos dados do Inep (INEP, 2023).

Os dados apresentados nesta tabela apontam uma queda abrupta no percentual da Eficiência de itens. O sinal negativo sinaliza que o número de itens aceitos pelo Inep não foi suficiente para elaboração das provas Enade desta edição de 2022. Com isso, foram necessários outros mecanismos, como por exemplo, a busca de itens armazenados no BNI-ES.

As restrições na mobilidade em função da pandemia da COVID-19, o ambiente político de tensões entre gestores no âmbito do MEC e o meio acadêmico são evidências que auxiliam na compreensão desta redução.

Contudo, outros fatores devem ser levados em conta para análise desta redução, como por exemplo, uma integração maior da comunidade acadêmica, nos processos do BNI-ES, e as atualizações pedagógicas, nos cursos de capacitação para Elaboradores e Revisores de Itens para este Banco. O Gráfico 2 apresenta os percentuais da Eficiência de itens do BNI-ES para os cursos e, ou área de conhecimento avaliados em 2018 e 2022.

Gráfico 2 – Eficiência de itens nas edições de 2018 e 2022.



Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados do Inep (INEP, 2023).

Em 2018, a Eficiência de itens foi positiva para todos os cursos avaliados, embora a maioria deles com um percentual abaixo de 50%. Em 2022, apenas os cursos de Administração Pública e de Direito registraram Eficiência positiva. A leitura e a interpretação dos dados contidos neste gráfico, em conjunto com as leituras e as interpretações dos dados apresentados nos parágrafos anteriores, contribuem para a compreensão da complexidade de se conhecer a real estrutura do abastecimento de itens no BNI-ES.

A Eficiência negativa na maior parte dos cursos da edição de 2002, por si só, pode ser motivo para se perceber a sensibilidade do abastecimento de itens deste banco. A queda sinuosa e perigosa na última edição é mais um sinal de alerta. Esta mesma análise dos resultados destes dados, por curso ou área de conhecimento, pode ser mais agravante ainda. Portanto, a análise do conjunto dos resultados das grandezas avaliadas neste estudo, pode contribuir com a real situação do BNI-ES.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que os instrumentos avaliativos, sob a responsabilidade do Inep sejam eficazes, faz-se necessário que “o BNI tenha disponibilidade de itens de qualidade, elaborados e revisados para cada um destes instrumentos” (ANUP, 2023, s.p). Devido à constante utilização de itens nestes instrumentos avaliativos e “à dificuldade histórica na elaboração de itens inéditos, o Inep pode apresentar dificuldades para manter o adequado nível de qualidade técnica para os exames pós-período pandêmico” (ANUP, 2023, s.p).

Na elaboração deste estudo, foi possível analisar e interpretar os dados oficiais disponibilizados pelo Inep, e isso possibilitou uma análise qualitativa e quantitativa deles. As evidências demonstraram que, de fato, esses dados e informações retratam a realidade de desafios impostos para a manutenção do BNI-ES.

Com isso, o que levou aos questionamentos: que riscos e desafios o BNI está sujeito para além do período pandêmico? Qual é o cenário comparativo-quantitativo do BNI-ES em relação ao ano III, do ciclo avaliativo do Enade? Puderam ser averiguados a partir das análises de dados disponibilizados pelo Inep e, tendo como respostas que, embora, os dados apontem para um percentual médio acima de 60% para Aproveitamento de itens, a Eficiência de



itens para este banco aponta dificuldades e desafios a serem superados com certa urgência.

Fatos que, analisados em conjunto, demonstram alertas para a fragilidade do abastecimento do BNI-ES. Além disso, outros fatores, como, por exemplo, a interrupção de procedimentos na manutenção do BNI, de um modo geral, nos últimos cinco anos, contribui para demarcar os riscos e as fragilidades que o BNI está exposto. A partir desta problemática, foi possível atingir o principal objetivo deste estudo que consistiu em avaliar o Aproveitamento e a Eficiência de itens produzidos para o BNI da Educação Superior (BNI-ES).

Por fim, considera-se que este estudo apresentou seus limites nos dados disponibilizados pelo Inep e MEC, bem como no referencial teórico acerca dos assuntos tratados neste estudo. Nesse sentido, podem surgir dificuldades na comparação com outros estudos, como por exemplo, as variáveis definidas de forma arbitrária para esta pesquisa ora analisada em conotações específicas, sendo utilizada conforme a conveniência deste estudo, como por exemplo, Aproveitamento de itens e Eficiência de itens.

Assim, estudos futuros poderiam aprofundar ou mesmo dar novas dimensões de análises pertinentes, como por exemplo, examinar as grandezas Aproveitamento de itens e Eficiência de itens para cada curso e, ou área de conhecimento em outras edições do Enade; os custos efetivos nos processos do BNI e, assim, estender o entendimento da problemática das demandas do BNI deste Instituto.

## REFERÊNCIAS

ALAVARSE, Ocimar Munhoz; MACHADO, Cristiane; ARCAS, Paulo Henrique. Avaliação externa e qualidade da educação: formação docente em questão. **Revista Diálogo Educacional**. v. 17, n. 54. Curitiba, jul./set. 2017. p. 1353-1375

ALMEIDA, Luana Costa. Quando o foco passa a ser o resultado na avaliação externa em larga escala: evidências de uma rede. **Educação em Revista**, v.36. e233713. Belo Horizonte, 2020. p.1-17

ALVES, André Martins Pinto Ferreira; NASCIMENTO, Eulina Coutinho Silva; PINTO, Gisela Maria da Fonseca. Em busca de uma matemática para todos: ações para a promoção da equidade e justiça social na sala de aula. **XIII Encontro Nacional de Educação Matemática**. Cuiabá/MT, 2019.

ANUP. Associação Nacional das Universidades Particulares. [Nota de esclarecimento: Melhorias no Banco Nacional de Itens – 26/08/2021](#). Disponível em: <https://anup.org.br/noticias/nota-de-esclarecimento-melhorias-no-banco-nacional-de-itens/>. Acesso em: 28 mar. 2023.

ARAUJO, Carlos Roberto Fernandes; DIAS, Murilo de Oliveira. Políticas de avaliação e padrões de qualidade da educação Superior no Brasil. **International Journal of Development Research**. v. 11, Issue, 11. Recife, Nov. 2021. p. 52284-52293.

BRASIL. Casa Civil. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm). Acesso em: 20 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Cadastro do BNI**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35017-banco-nacional-de-itens>. Acesso em: 11 dez. 2022.

CAMPOS, Fernanda Campo Santos. **Elaboração da prova do ENADE e no modelo do banco nacional de itens**. Dissertação (Mestrado), Programa de pós-graduação profissional em gestão e avaliação da educação pública. Área de concentração: Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação. Faculdade de Educação - CAEd/UFJF. Juiz de Fora – MG, 2013.

CAPPELLETTI, Isabel Franchi. Os conflitos na relação avaliação e qualidade da educação. **Educar em Revista**. Ed. Especial. n. 1. Curitiba, 2015. p. 93-107

COSTA, Anderson Gonçalves; VIDAL, Eloisa Maia; MONTE, Ana Lúcia Lopes do Carmo; VIEIRA, Sofia Lerche. Políticas de avaliação externa e suas interfaces com as ações municipais: o caso de cinco municípios cearenses. **Jornal de Políticas Educacionais**. v. 13, e65594. Curitiba, jul. 2019. p. 1-21

FERNANDES, Claudia de Oliveira; NAZARETH, Henrique Dias Gomes. Resultados de pesquisas sobre as políticas de avaliação em larga escala em educação e seus impactos na escola. **Revista Educação Especial**, v. 31. n. 63. Santa Maria/RS, out./dez. 2018. p. 893-906

GAÑAN, Gicela Muñoz; BRAVO; Dayan López; PRÉSIGA, Ángela Rincón. Aplicación del enfoque decolonial y de equidad de género en instituciones de educación básica y media alternativa en Colombia. **Cadernos Pagu** v.62, e216218, 2021.

INEP. Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais – Anísio Teixeira (INEP). **Enem**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem>. Acesso em: 19 nov. 2022.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Anísio Teixeira. **Guia BNI**. Disponível em: <http://inep.gov.br/guia-bni1>. Acesso em: 10 dez. 2022.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Legislação referente ao Banco Nacional de Itens**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/legislacao/bni>. Acesso em: 27 mar. 2023.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Anísio Teixeira. Produção de itens para prova Enade. **Manifestação de Protocolo nº 23546.014996/2023-73**. Brasília: Inep, 2023.

KLEIN, Ruben; FONTANIVE, Nilma. Avaliação em larga escala. **Em Aberto**, n. 66. Brasília, abr./jun.1995. p. 29-34

MEC. Ministério da Educação. **Cadastramento do banco de itens** - Edital nº 10/2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35017-banco-nacional-de-itens>. Acesso em: 28 mar. 2023.

MEC. Ministério da Educação. Portaria normativa no 19, de 13 de dezembro de 2017. Dispõe sobre os procedimentos de competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes. **Diário Oficial da União**. Publicado em: 15/12/2017. Ed.: 240. Seção: 1. Brasília/DF, 2017. p. 15-24

NASCIMENTO, José Almir; CURY, Carlos Roberto Jamil. A qualidade da educação no horizonte da proteção integral infante adolescente. **Cadernos de Pesquisa**, v. 50, n. 177. São Paulo jul./set. 2020. p. 679-697

SANTOS, Maria Adriana Borges dos; FERREIRA, Heraldo Simões; SIMÕES, Luiza Lúlia Feitosa. Formação de professor e profissionalismo: reflexões acerca da avaliação externa. **Educação & Formação**. v. 4. n. 11. Fortaleza, maio/ago. 2019. p. 161-178

SAWICKI, Simone Salete. Gestão escolar e avaliação em larga escala: realidades, possibilidades e desafios. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, v.7. n.15. Santa Maria/RS, mai./ago., 2018. p. 25-39

SOARES, Lucas de Vasconcelos; SOUSA, Maria Lília Imbiriba. Avaliação educacional ou política de resultados? **Educação & Formação**. v. 5, n. 3. Fortaleza, set./dez. 2020. p. 1-24

SOUSA, A. S. Um panorama da qualidade dos itens elaborados para o banco nacional de itens da educação superior na edição do Enade de 2019. **Revista Exitus**, v. 11, e020167. Santarém/PA, 2021. p. 01-23

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Sistemas de avaliação da educação básica no Brasil: abordagem por níveis de segmentação. In: WERLE, Flávia Obino Corrêa (org.). **Avaliação em larga escala: foco na escola**. São Leopoldo, MG: Oikos; Brasília, DF: Liber Livros, 2010. p. 21-36.